

O Sertão

Um “outro” geográfico

Antonio Carlos Robert Moraes



Edição electrónica

URL: <https://journals.openedition.org/terrabrasilis/341>

DOI: 10.4000/terrabrasilis.341

ISSN: 2316-7793

Editora

Rede Brasileira de História da Geografia e Geografia Histórica

Edição impressa

Data de publicação: 1 janeiro 2003

ISSN: 1519-1265

Refêrencia eletrónica

Antonio Carlos Robert Moraes, «O Sertão», *Terra Brasilis* [Online], 4 - 5 | 2003, posto online no dia 05 novembro 2012, consultado o 05 dezembro 2022. URL: <http://journals.openedition.org/terrabrasilis/341> ; DOI: <https://doi.org/10.4000/terrabrasilis.341>

Este documento foi criado de forma automática no dia 5 dezembro 2022.

All rights reserved

O Sertão

Um “outro” geográfico¹

Antonio Carlos Robert Moraes

- 1 O sertão não se qualifica, do ponto de vista clássico da geografia, como um tipo empírico de lugar, isto é, ele não se define por características intrínsecas de sua composição ou do arranjo de seus elementos numa paisagem típica. Não são as características do meio natural que lhe conferem originalidade, como o clima, o relevo, ou as formações vegetais.
- 2 O sertão não é, portanto, uma obra da natureza. Não há um espaço peculiar, cuja naturalidade própria, permita uma tipologização consistente da localização sertaneja. Se bem que a prevalência de elementos naturais na composição paisagística apareça, amiúde, como um atributo associado à sua identificação: o sertão como um lugar onde predomina o ritmo dado pela dinâmica da natureza, onde o elemento humano é submetido às forças do mundo natural.
- 3 Muito menos, o sertão se qualifica pela intervenção das sociedades sobre a superfície da Terra. Não são as obras decorrentes da ação humana que individualizam tal espaço, dando-lhe uma qualificação própria pelo uso e transformação dos lugares. Não são construções específicas (ou o seu adensamento) que lhe conferem singularidade. Antes, a ausência de tais elementos é que aparece como fator de distinção em sua delimitação. Também não são as atividades produtivas ali praticadas que o qualificam, ou mesmo a marca de tais atividades numa paisagem local. O sertão não se constitui, portanto, como uma materialidade criada pelos grupos sociais em suas relações com os lugares terrestres. Ao contrário, a invisibilidade da presença humana é muitas vezes levantada como um traço característico desses espaços, não raro definidos como “vazios demográficos” ou “terras desocupadas” (Machado, 1995). Nesse sentido, enquanto realidade fáctico-material, a noção de sertão não representa uma individualidade específica que o identifique como um ente telúrico dotado de particularidades intrínsecas, não podendo ser estabelecido como um tipo de meio natural singular nem como uma modalidade própria de paisagem humanizada. Não se trata de um resultado de processos da natureza na modelagem de uma porção da superfície terrestre (como um ecossistema, um bioma, ou um compartimento geomorfológico), e nem do resultado

de processos sociais na criação de um espaço produzido pela sociedade (como uma plantação, uma vila ou uma cidade). Assim, o sertão não se habilita como uma figura do universo empírico da geografia tradicional, apesar de – em grande parte – a história dessa disciplina revelar como um dos seus objetivos constantes a prática de seu levantamento e explicação. Descrever os sertões tem sido uma das metas mais praticadas pelo labor geográfico no Brasil, aparecendo mesmo como um elemento forte de legitimação desse campo disciplinar em diferentes conjunturas históricas do país (Moraes, 2002: 95-131).

- 4 Desse modo, não há possibilidade de realizar uma caracterização geográfica precisa das localidades sertanejas, pois estas não correspondem a uma materialidade terrestre individualizável, passível de ser localizada, delimitada e cartografada no terreno.
- 5 O sertão não se inscreve como uma empiria, nos moldes dos enfoques indutivos tradicionais da geografia. Nesse sentido, sua discussão força um rompimento na relação direta entre conceito e realidade empírica, que domina as abordagens desse campo disciplinar, onde as conceituações referem-se a recortes tidos como efetivamente existentes na superfície da Terra. A idéia de sertão possui, portanto, um status teórico distinto das noções mais usuais de “habitat”, “ambiente”, “região” ou “território”, não se confundindo com elas. Enquanto estas teriam por referência limites e extensões materialmente aferíveis no campo, aquela recobriria situações telúricas díspares e variadas, não fornecendo fundamento para divisões objetivas do espaço terrestre. Assim, do ponto de vista clássico da geografia, pode-se considerar consistente a afirmação roseana de que “o sertão está em toda parte” (Rosa, 1988).
- 6 Na verdade, o sertão não é um lugar, mas uma condição atribuída a variados e diferenciados lugares. Trata-se de um símbolo imposto – em certos contextos históricos – a determinadas condições locais, que acaba por atuar como um qualificativo local básico no processo de sua valoração. Enfim, o sertão não é uma materialidade da superfície terrestre, mas uma realidade simbólica: uma ideologia geográfica. Trata-se de um discurso valorativo referente ao espaço, que qualifica os lugares segundo a mentalidade reinante e os interesses vigentes neste processo. O objeto empírico desta qualificação varia espacialmente, assim como variam as áreas sobre as quais incide tal denominação. Em todos os casos, trata-se da construção de uma imagem, à qual se associam valores culturais geralmente – mas não necessariamente – negativos, os quais introduzem objetivos práticos de ocupação ou reocupação dos espaços enfocados. Nesse sentido, a adjetivação sertaneja expressa uma forma preliminar de apropriação simbólica de um dado lugar (Moraes, 1988).
- 7 É possível identificar características comuns presentes nas imagens do sertão, apesar de sua variedade espacial de aplicação. Tais características compõem a base do que pode ser definido como o imaginário do sertão, um conjunto de juízos e valores adaptável a diferentes discursos e a distintos projetos. O recurso a esse imaginário para qualificar uma dada localidade já demonstra certa indução quanto ao uso futuro do espaço abordado, exatamente por mobilizar uma valoração que traz em si uma crítica à sua situação atual e/ou uma meta para sua transformação. Definir um lugar como sertão significa, portanto, projetar sua valorização futura em moldes diferentes dos vigentes no momento dessa ação. Nesse sentido, pode-se dizer que os lugares tornam-se sertões ao atraírem o interesse de agentes sociais que visam estabelecer novas formas de ocupação e exploração daquelas paragens. A noção pode, então, ser equacionada como

elemento de argumentação no processo de hegemonização de políticas e práticas territoriais do Estado ou de segmentos da sociedade.²

- 8 Do aspecto acima comentado decorre um segundo traço geral identificável na construção do imaginário sertanejo: trata-se de uma valoração aplicável para novos lugares ou para novas ondas colonizadoras. O sertão é comumente concebido como um espaço para a expansão, como o objeto de um movimento expansionista que busca incorporar aquele novo espaço, assim denominado, a fluxos econômicos ou a uma órbita de poder que lhe escapa naquele momento. Por isso, tal denominação geralmente é utilizada na caracterização de áreas de soberania incerta, imprecisa ou meramente formal. No geral, utiliza-se o termo sertão para qualificar porções que se quer apropriar dos fundos ainda existentes no território nacional em cada época considerada. Nesse sentido, trata-se de um qualificativo que induz um novo processo de domínio territorial sobre os espaços enfocados, isto é, que introduz um novo surto de dominação política no âmbito espacial delimitado pela qualificação proposta.
- 9 A relação entre sertão e colonização emerge como evidente numa outra característica comum presente nas imagens construídas: a designação sertaneja para ser formulada necessita de um contraponto que lhe forneça sentido por diferenciação. Isto é, o sertão só pode ser definido pela oposição a uma situação geográfica que apareça como sua antípoda. Trata-se, portanto, da construção de uma identidade espacial por contraposição a uma situação díspare que, pela ausência, lhe qualifica. Para existir o sertão é necessária a existência de lugares que não sejam englobados nessa denominação, que apresentem condições que expressem o oposto do qualificado por tal noção. Daí ela sempre se apresentar numa formulação dualista, como parte de uma realidade vista como cindida e dual, na qual a condição sertaneja ocupa a posição negativa ou subordinada. A dualidade mais repetida no pensamento social brasileiro opõe o sertão ao litoral, tomando o primeiro termo como sinônimo de hinterlândia, cobrindo portanto todo o vasto interior do território nacional. Nessa visão o contraponto se estabelece com a zona costeira, tida como o referente negativo (o “outro”) na caracterização da condição sertaneja.³
- 10 Em suma, o sertão para ser identificado demanda o levantamento do seu oposto: o não-sertão, visto como o lugar que possui as características de positividade ali inexistentes. Vale salientar que é sempre a partir dessa posição oposta que o sertão é qualificado enquanto tal. Isto é, o lugar a partir do qual se qualifica uma localidade como um sertão está sempre localizado no campo contraposto. Nesse sentido, trata-se de uma imagem construída por um olhar externo, a partir de uma sensibilidade estrangeira e de interesses exógenos, que atribuem àquele espaço juízos e valores que legitimam ações para transformá-lo. Mesmo aquelas concepções que veiculam uma visão positiva desses lugares vão equacionar tal positividade como um potencial adormecido, cuja efetivação prática demandaria ações transformadoras da realidade vigente. É o caso dos intelectuais estado-novistas que ressaltam a autenticidade e a originalidade presentes na vida sertaneja, as quais deveriam guiar um novo projeto nacional para o país, que teria por eixo central a incorporação dessas terras e de suas riquezas (Velloso, 1983; Diniz Filho, 1994). O sertão é sempre um espaço-alvo de projetos.
- 11 Enfim, o sertão é qualificado para ser superado, por meio de um exercício onde a denominação já expressa interesses projetados pelo qualificador para os lugares abordados. Impor um domínio efetivo ou uma nova dominação ao espaço em pauta é o objetivo de um processo que tem na apropriação simbólica um passo inicial. Esta

imputa uma imagem que traz em si uma proposta de transformação das características que a fundamentam. Ultrapassar a condição sertaneja é a meta implícita dos discursos que buscam levantar e explicar a sua essência. Por exemplo, a concepção de que o sertão se caracteriza como uma terra pouco conhecida ou desconhecida, acompanha-se sempre da proposta de seu conhecimento e divulgação. É no bôjo de muitas descrições corológicas de lugares sertanejos que a tese do desconhecimento geográfico como critério qualificador do sertão ganha corpo. Nesse sentido, por lógica, o devassamento intelectual do sertão seria o pioneiro passo de sua superação prática enquanto tal. Conhecer e divulgar um dado espaço desconhecido iniciaria o processo de sua transformação, seu fim enquanto sertão.

- 12 Uma imagem forte associada a esta qualificação é aquela que aponta para um lugar isolado e distante. Tais termos, contudo, devem ser avaliados com cautela, pois só tomam sentido quando inseridos num sistema de referências que conforme o horizonte geográfico do qualificador, num quadro onde ganha destaque a questão das escalas. Perto ou longe são qualificativos multi-escalares, que dependem do estabelecimento de um referencial de localização e de comparação. A distância é, em muito, função das condições de transporte, numa relação onde o tempo de deslocamento emerge como critério de medida.⁴ Na cultura caiçara do litoral paulista, por exemplo, a noção de sertão é aplicada aos fundos de vale que avançam no sopé da serra do Mar, distanciando-se das praias (Silva, 1975). Assim, a idéia do longínquo ajusta-se à grandeza do espaço de circulação do sujeito ou do grupo social, sendo portanto uma referência cultural variada. Entretanto, em todos os casos, a localização sertaneja não se refere a um espaço imediato de vivência, a um lugar familiar e sempre visitado. Ao contrário, qualifica localidades tidas como fora dos circuitos cotidianos de trânsito.
- 13 Este estranhamento geográfico também está presente na idéia do lugar isolado. Cabe, de início, sublinhar que todo isolamento é sempre relativo, posto que sua manifestação absoluta equivale ao desconhecimento (logo, à impossibilidade de classificação). Não sabemos da existência de uma localidade absolutamente isolada, sendo a sua própria “descoberta” um elemento-chave na superação dessa condição. O espaço de que se tem alguma notícia já está submetido a um isolamento relativo (ou semi-isolamento). Este varia pelo nível e intensidade dos contatos efetuados com o “mundo exterior”, isto é, pelo grau e ritmo dos fluxos externos entabulados. A periodicidade destas relações caminha no sentido de superação da condição sertaneja, chegando no limite a situação de integração plena dos espaços considerados, o que os qualifica como indiferenciados em face aos seus entornos (logo, como não-sertões). O tópico em tela destaca bem outro ângulo de visão associado à idéia de sertão: a diferença. Esta incide sobre os lugares, e também sobre seus habitantes. A diferença é, assim, paisagística mas, sobretudo, cultural.
- 14 O sertão também é definido como um lugar ocupado por povos diferentes, exóticos, qualificando-se como a morada dos “outros” (Todorov, 1993 e 1997). É um espaço com habitantes culturalmente ou racialmente distintos na classificação dos tipos nacionais. Tratam-se nesses discursos de localidades povoadas por seres identificados como saídos de uma outra época ou descendentes de uma outra origem que aquela que tipifica a formação da nacionalidade (Schwarcz, 1993). Não poucas vezes, o sertão foi estabelecido como o ‘habitat dos selvagens’, a ‘terra de tapuias’, ou ainda ‘terrenos ocupados pelos indígenas ferozes’ como mencionado no *Atlas do Império do Brasil* de Candido Mendes de Almeida, editado em 1868. Vale mencionar que a associação do

termo com as áreas de habitação dos índios remonta já aos primórdios da colonização, quando as “jornadas do sertão” objetivavam o apressamento indígena e sua escravização (Monteiro, 1995). Remontam a tal objetivo denominações como: sertão de Lages, sertão dos Patos, sertão dos Goitacás, entre tantas outras. Igualmente a cobiça sobre as terras do gentio animou muitas expedições de extermínio estimuladas pelo avanço da pecuária no sertão nordestino no século XVII (Moraes, 2000).⁵ Num outro momento, as populações indígenas – vistas na função de “muralhas do sertão” – são nacionalizadas numa ótica geopolítica de defesa das fronteiras do país, postura integrativa que atravessa as primeiras décadas republicanas, como bem se expressa nos trabalhos da Comissão Rondon (Farage, 1991; Maciel, 1998). Mesmo quando identificado como um nacional, o sertanejo é definido como um segmento diferente, um tipo exótico ou arcaico dotado ou não de alguma positividade (conforme o discurso considerado). Depositário dos males inerentes à mistura das raças, para alguns; produto positivo dessa miscigenação adaptado às condições adversas do meio, para outros; portador dos valores autênticos do caráter nacional; fruto da degeneração advinda do isolamento e do abandono; enfim, são múltiplas as faces desse personagem desenhadas pela intelectualidade brasileira (Lima, 1999). Contudo, uma acentuada localização não-urbana delimita e unifica o universo sertanejo, marcado pela ruralidade e pela vida agrária e extrativa. A “roça”, o “bairro rural”, o habitat disperso, são imagens que se associam a este mundo estranho à cidade e às atividades citadinas. Um mundo de fronteira, cada vez mais circunscrito e impelido para áreas economicamente marginais ou próximas aos limites territoriais do país. Nesse sentido, o sertão pode ser concebido como um território não urbanizado, morada do “bugre”, do caboclo, do caipira, do quilombola, do ribeirinho, do caiçara, enfim – em termos contemporâneos – o habitat das hoje chamadas “populações tradicionais” (Diegues, 1996).

- 15 Em suma, a denominação sertaneja – seja qualificando tipos sociais ou paisagens – recobre as áreas de fronteira da ocupação nacional em cada conjuntura considerada, nomeando os lugares de povoamento frágil e transitório como as frentes pioneiras e outros espaços de litígio patrimonial (Martins, 1998). Tal noção também recobre as zonas de domínio incompleto, nas quais a ordem estatal não está bem presente ou consolidada. E ainda incide sobre as áreas economicamente estagnadas ou decadentes, onde os ciclos produtivos do passado resultam em assentamentos e instalações abandonadas. Tratam-se de lugares esquecidos, compostos de cidades mortas e fazendas arruinadas, onde predominam lavouras de subsistência e atividades de extrativismo animal e vegetal. Espaços de esquecimento na ótica do padrão territorial hegemônico, imersos numa vida autárquica, de fluxos majoritariamente locais.
- 16 Porém, como visto, a mera qualificação de uma localidade como sertão já revela a existência de olhares externos que lhe ambicionam, que ali identificam espaços a serem conquistados, lugares para a expansão futura da economia e/ou do domínio político. Transformar estes fundos territoriais em território usado é uma diretriz que atravessa a formação histórica do Brasil, alçando-se mesmo à condição de um projeto estatal-nacional básico do país. No período imperial, os sertões brasileiros foram definidos como um *locus* da barbárie, sendo sua apropriação legitimada como uma obra de civilização. Conhecer, conectar, integrar, povoar, ocupar, são metas que contrapõem a modernidade ao sertão, qualificando-o como o espaço-alvo de projetos modernizantes, recebendo destaque o estabelecimento de comunicações, notadamente por meio do telégrafo e de ligação ferroviária (Hardman, 1988). A ordem republicana se instala com este objetivo de modernização, que novamente qualifica o sertão como o *locus* do

arcaísmo e do atraso. Situação que – na ótica de seus ideólogos – deveria ser superada com a alocação de sistemas de engenharia e de objetos técnicos integradores do território.⁶

- 17 Pode-se considerar que esta meta e este processo atravessam todo o século XX brasileiro e, em certo sentido, até hoje o país se vê mergulhado em movimentos de incorporação de novos espaços. A imagem do “país em construção” emerge como uma constante histórica, estando presente no ideário varguista, na plataforma do governo JK e na ideologia da integração nacional do regime militar. O sertão se repõe, assim, como uma espécie de pecado original do berço colonial de nossa formação, sofrendo requalificações a cada época e recebendo atribuições e qualificações próprias aos interesses em pauta a cada onda de ajustes dos espaços periféricos. Na atualidade, a perspectiva da globalização poderia identificá-lo com os lugares não integrados às redes de fluxos internacionais ou como os depositários do patrimônio natural e da biodiversidade do planeta (Moraes, 2000b).
- 18 Enfim, o sertão é uma figura do imaginário da conquista territorial, um conceito que ao classificar uma localização opera uma apropriação simbólica do lugar, densa de juízos valorativos que apontam para sua transformação. Nesse sentido, a designação acompanha-se sempre de um projeto (povoador, civilizador, modernizador), o qual almeja – no limite – a superação da condição sertaneja. Trata-se de um espaço a ser conquistado, submetido, incorporado à economia nacional: uma área de expansão. Por essa característica, é possível estabelecer paralelos entre o papel desempenhado pela idéia de sertão na formação brasileira e o uso similar da noção de “deserto” na história da Argentina (Donghi, 1992). No mesmo plano conceitual, mas mais distante de conteúdo em função de seu componente democrático (não presente nos conceitos anteriores), estaria a “fronteira” – tal como analisada por Turner – na colonização dos Estados Unidos (Oliveira, 2000).
- 19 Tem-se o sertão como um qualificativo de lugares, um termo da geografia colonial que reproduz o olhar apropriador dos impérios em expansão. Na verdade, tratam-se de sertões, que qualificam caatingas, cerrados, florestas, campos. Um conceito nada ingênuo, veículo de difusão da modernidade no espaço.

BIBLIOGRAFIA

- ARAÚJO, Regina (2001). *A formação da memória territorial brasileira (1838-1860)*. Tese de Doutorado. São Paulo, DG/FFLCH/USP.
- CARVALHO, José Murilo de (1981). *A construção da ordem. A elite política imperial*. Brasília, Ed.UNB.
- CARVALHO, Maria Alica Rezende de (1998). *O Quinto Século. André Rebouças e a construção do Brasil*, Rio de Janeiro, Revan / IUPERJ.
- CHAUNU, Pierre (1984). *Conquista e exploração dos novos mundos*. São Paulo, Pioneira / Edusp.
- DIEGUES, Antonio Carlos (1996). *O mito moderno da natureza intocada*. São Paulo, Hucitec

- DINIZ FILHO, Luis Lopes (1994). *Território e Destino Nacional: As ideologias geográficas no Estado Novo*. Dissertação de Mestrado. São Paulo, DG/FFLCH/USP.
- DONGHI, Tulio Halperin (1992). *Una nación para el desierto argentino*. Buenos Aires, Ceal.
- FARAGE, Nádia (1991). *As muralhas dos sertões: os povos indígenas no rio Branco e a colonização*. São Paulo, Paz e Terra.
- GUIMARÃES, Manoel Salgado (1988). “Nação e civilização nos trópicos: o IHGB e o projeto de uma história nacional”. *Estudos Históricos* vol. I nº 1.
- HARDMAN, Francisco Foot (1988). *Trem Fantasma. A modernidade na selva*. São Paulo, Companhia das Letras.
- LIMA, Nísia Trindade (1999). *Um sertão chamado Brasil. Intelectuais e representação geográfica da identidade nacional*. Rio de Janeiro, Revan / IUPERJ.
- MACHADO, Lia Osório (1995). “Origens do pensamento geográfico no Brasil: meio tropical, espaços vazios e a idéia de ordem (1870-1930)”. In: CASTRO, Iná E. et alli (orgs.). *Geografia: Conceitos e Temas*. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil.
- MACIEL, Laura Antunes (1998). *A nação por um fio. Caminhos, práticas e imagens da “Comissão Rondon”*. São Paulo, Educ.
- MARTINS, José de Souza (1998). “A vida privada nas áreas de expansão da sociedade brasileira”. In: *História da Vida Privada no Brasil* vol. 4. São Paulo, Companhia das Letras.
- MATTOS, Ilmar Rohloff de (1990). *O tempo Saquarema. A formação do Estado imperial*. São Paulo, Hucitec.
- MONTEIRO, John Manuel (1995). *Negros da terra. Índios e bandeirantes nas origens de São Paulo*. São Paulo, Companhia das Letras.
- MORAES, Antonio Carlos Robert (1988). *Ideologias Geográficas. Espaço, cultura e política no Brasil*. São Paulo, Hucitec.
- _____. (2000). *Bases da formação territorial do Brasil. O território colonial brasileiro no “longo” século XVI*. São Paulo, Hucitec.
- _____. (2000b). *Geografia, Capitalismo e Meio Ambiente*. Tese de Livre-Docência. São Paulo, FFLCH/USP.
- _____. (2002). *Território e História no Brasil*. São Paulo, Hucitec / Annablume.
- MOTT, Luiz de Barros (1985). *Piauí colonial. População, economia e sociedade*. Teresina, Projeto P. Portela.
- OLIVEIRA, Lucia Lippi (2000). *Americanos. Representações da identidade nacional no Brasil e nos EUA*. Belo Horizonte: Ed.UFMG/ São Paulo: Humanitas.
- PUNTONI, Pedro (2000). *A Guerra dos Bárbaros. Povos indígenas e a colonização do sertão nordeste do Brasil*. São Paulo, Hucitec / Edusp.
- ROSA, João Guimarães (1988). *Grande Sertão: Veredas*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira.
- SCHWARCZ, Lília Moritz (1993). *O espetáculo das raças. Cientistas, instituições e questão racial no Brasil, 1870-1930*. São Paulo, Companhia das Letras.
- SILVA, Armando Correa da (1975). *O litoral norte do estado de São Paulo (formação de uma região periférica)*. São Paulo, Instituto de Geografia/USP.

SOUZA, Candice Vidal e (1997). *A Pátria Geográfica. Sertão e litoral no pensamento social brasileiro*. Goiânia, Ed. Universidade Federal de Goiás.

TODOROV, Tzvetan (1993). *Nós e os outros. A reflexão francesa sobre a diversidade humana*. Rio de Janeiro, Zahar.

----- (1987). *La Conquista de América. La cuestión del otro*. México, D. F., Siglo XXI.

VELLOSO, Monica Pimenta (1983). *O mito da originalidade brasileira: a trajetória de Cassiano Ricardo*. Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro, PUC/RJ.

NOTAS

1. Publicado anteriormente em Cadernos de Literatura Brasileira do Instituto Moreira Sales nº 14 (número especial sobre Euclides da Cunha e o centenário de Os Sertões). São Paulo, Instituto Moreira Salles, 2002.
2. Os propósitos do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, fundado em 1838, de “*levar as luzes ao sertão*” (conforme o discurso inaugural do Visconde de São Leopoldo) bem conduna-se com a auto-imagem da monarquia bragantina de ser uma representante da Ilustração nos trópicos e com o objetivo de consolidar a unidade e integração territoriais defendidos pelo Estado imperial (Mattos, 1990; Carvalho, 1981; Araújo, 2001; Guimarães, 1988).
3. Ver a respeito o trabalho de Candice Vidal e Souza (1997). A oposição referida já aparece nos cronistas coloniais como frei Vicente do Salvador e frei Gaspar da Madre de Deus, e em Ambrósio Fernandes Brandão (Puntoni, 2000).
4. Pierre Chaunu (1984) comenta, nesse sentido, que o mundo nunca foi tão grande quanto no século XVI, dada a superfície do espaço de relações europeu em face das condições de comunicação na época.
5. Vale assinalar que tais expedições não buscam escravizar os povos indígenas, mas eliminá-los, como nas campanhas nos sertões do Açú, do Orobó, do Aporá e em vários outros lugares atacados na abertura do caminho do gado, como demonstrou Luiz Mott em seu estudo sobre o Piauí colonial (Mott, 1985).
6. A crença numa superação técnica da condição sertaneja é recorrente na intelectualidade brasileira desde o império. Ver, a respeito, o trabalho de Maria Alice Rezende de Carvalho (1998).

ÍNDICE

Índice geográfico: Sertão, Brasil

AUTOR

ANTONIO CARLOS ROBERT MORAES

Departamento de Geografia, Universidade de São Paulo.
acr.moraes@bol.com.br